

# Conversas & Controvérsias



e-ISSN: 2178-5694

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Escola de Humanidades  
Departamento de Ciências Sociais e  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

## **Estrutura, ação e intencionalidade: perspectivas teóricas e possibilidades metodológicas da sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais ontem e hoje**

*Structure, action and intentionality: theoretical perspectives and methodological possibilities of the sociology of collective action and social movements yesterday and today*

Gabriel Guerra Câmara <sup>1</sup>

### **Resumo**

As teorias sociológicas que tematicamente se ocuparam da ação política, refletiram, cada qual à sua maneira, os contextos sociais e políticos nas quais foram produzidas, ao mesmo tempo em que refletiram as grandes discussões teórico-epistemológicas da Sociologia, em especial o debate entre ação e estrutura. Esse artigo discute a presença dessa tensão teórica no interior da sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, apresentando as elaborações e deslocamentos que essas teorias realizaram acerca dessa dimensão. Para isso, o texto apresenta a constituição desse campo sociológico e as influências que essas teorias sofreram de seus contextos sociais e históricos de produção. Podemos destacar dois importantes grupos de teorias nesse sentido: a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, e suas reformulações contemporâneas.

**Palavras-chave:** Ação política; Ação coletiva; Movimentos Sociais; Teoria do Processo Político; Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

### **Abstract**

The sociological theories which thematically dealt with political action reflected, each in its own ways, the social and political contexts in which were produced, at the same time that reflected major theoretical-epistemological discussions of Sociology, especially the debate between action and structure. This article discusses the presence of this theoretical tension within the sociology of collective action and social movements, presenting elaborations and displacements that these theories created about this dimension. Thereunto, the text presents the constitution of this sociological field and the influences that these theories suffered from its social and historical contexts of production. We can highlight two important groups of theories in this meaning: the Theory of Political Process and the Theory of New Social Movements, and their contemporary reformulations.

**Keywords:** Political Action; Collective Action; Social Movements; Political Process Theory; Theory of New Social Movements.

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Atualmente, é doutorando e bolsista da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). E-mail: gabrielcamara@gmail.com



## Introdução

Esse artigo realiza uma discussão das diferentes teorias sociológicas desenvolvidas no campo de estudos da sociologia política e dos movimentos sociais. Apresentamos o contexto de surgimento das primeiras abordagens teóricas sobre a ação coletiva na Sociologia, as quais, em um primeiro momento, refletiram a discussão sociológica entre ação e estrutura e, posteriormente, com o avanço do debate, inseriram nessa discussão tentativas de articulação entre essas duas dimensões, a partir da constituição de novas teorias que espelharam os fenômenos da ação coletiva de seu tempo histórico. Essas teorias realizaram a crítica das perspectivas influenciadas pela sociologia clássica no estudo da ação coletiva.

Nesse sentido, argumentamos, junto com ALEXANDER (1998), que essa crítica contemporânea se dirigiu às concepções epistemológicas e teóricas mais profundas do marxismo e do funcionalismo, e reorientou o debate acerca da ação coletiva acompanhando o movimento de revalorização das dimensões culturais e simbólicas dos fenômenos sociais a partir de meados do século XX. Influenciadas pela virada culturalista, de orientação construcionista das ciências sociais, tanto a teoria de matriz norte-americana quanto a teoria europeia que se ocupam dos movimentos sociais realizaram essa crítica das premissas marxistas e funcionalistas de análise das dimensões presentes no conflito social e em sua expressão na ação coletiva.

Nesse texto, realizamos uma breve análise das duas principais perspectivas teóricas construcionistas que marcaram a sociologia da ação coletiva a partir da segunda metade do século XX. Discorreremos sobre a perspectiva realista da Teoria do Processo Político (TPP) e sobre a abordagem simbólico-cultural da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), apresentando as dimensões caracteristicamente construcionistas de ambas correntes teóricas, as quais seus representantes as produzem preocupados com a interação entre teoria e análise empírica. Ambas perspectivas, mais do que aportes teóricos sobre a ação coletiva, se constituem em programas de pesquisa que colocam um conjunto de questionamentos relacionados ao tema da conflitualidade social e política contemporânea de forma mais geral.

Dimensões como a tensão entre ação e estrutura social, debate esse que marca a sociologia desde sua origem, se faz presente também nessas perspectivas, às quais produzem variadas compreensões acerca dessa questão e a articulam na discussão da ação coletiva e dos movimentos sociais. Podemos dizer que a divisão, por mais arbitrária que seja, mas que respeita os posicionamentos e as indicações teóricas que constituem a TPP e a TNMS – entre as perspectivas realistas da ação coletiva (TPP), de posição epistemológica explicativa, e o prisma simbólico-cultural (TNMS), de maior ou menor grau interpretativo e/ou normativo – tem nessa tensão teórica mais ampla entre ação e estrutura social também seu critério definidor e separador de dois campos teóricos bem delimitados, que materialmente se espelham em diferentes grupos de trabalho e de pesquisa pelo mundo afora.

Em síntese, essa tensão faz essas diferentes abordagens teóricas desenharem o fenômeno da ação coletiva como expressões vinculadas ora às condições político-

institucionais mais amplas de uma dada sociedade, como no caso da TPP, ora à capacidade societária, teoricamente definida por Alain Touraine no conceito de historicidade (TOURAINÉ, 1995), de uma sociedade determinada em determinado período histórico, na qual as dimensões político-institucionais não necessariamente são compreendidas como fontes de estímulos ou dificuldades à construção e à consecução, na realidade social, da ação coletiva. Nesse texto, articulamos à discussão entre ação e estrutura ao debate das dimensões construcionistas presentes na TPP e na TNMS, que se expressam em sua epistemologia, teoria e metodologia de análise dos movimentos sociais.

## O contexto da sociologia clássica

O esforço de Émile Durkheim de constituir uma disciplina científica que estabelecesse como objeto os fatos sociais, podemos dizer, inaugura a Sociologia, e nela, como característica quase que definidora, a presença de uma tensão entre as determinações sociais e as capacidades individuais na produção e orientação da ação humana e, mais importante, estabelecendo essa tensão como um princípio produtor explicador da realidade social. Ao longo da história da disciplina, praticamente nenhum sociólogo ficou imune a esse debate, que somente após Durkheim passaria a ser caracterizado nos termos de uma tensão entre ação e estrutura. Desde o pensamento sociológico clássico, essa tensão animou, e ainda anima, as discussões teórico-epistemológicas na sociologia. Esse princípio motivou o surgimento de perspectivas teóricas então vinculados, ou mais próximas, de um ou outro posicionamento científico no interior desse conflito epistemológico.

Mesmo com esforços contemporâneos de articulação e tentativas de superação dessa dualidade, a sociologia volta e meia retorna a ela, em virtude de sua força (CORCUFF, 2001). Presenciamos, por um lado, na discussão sociológica, concepções que pendem mais para as determinações estruturais como produtoras do campo do social, compreendendo a ação humana nesse mesmo campo como desdobramentos de determinações mais amplas às quais os indivíduos não possuem consciência e nem controle (BORDIEU, 2012; DURKHEIM, 2007; PARSONS, 2010). De outra parte, produziram-se perspectivas que desenham o agente social não como um receptor destituído de capacidades frente às orientações e determinações da estrutura social. Ao contrário, essas perspectivas trabalham com a defesa dos sujeitos sociais como dotados de reflexividade e faculdades de ação frente às orientações e possibilidades de imposição das produções coletivas que escapam ao seu controle. Entretanto, para essas perspectivas, a presença de dimensões interpretativas, de intencionalidade, de poder e de ação social que intervém, produzem e constituem de forma dinâmica a sociedade (GIDDENS, 2009; TOURAINÉ, 1984; TOURAINÉ, 1995) não significa a ausência completa de grandezas coercitivas sobre os indivíduos.

Desde sempre, perguntaram-se os sociólogos: o que, em última instância, produz a sociedade? A estrutura social, por sua capacidade de imposição sobre o comportamento de homens e mulheres ou as capacidades de intervenção dos agentes sociais na realidade social em que vivem, podendo eles a transformar? Desde os clássicos do pensamento sociológico,

os sociólogos se colocaram de um lado ou de outro dessas perspectivas e, com variações e graus diversos de complexidade, pretenderam se situar nessa discussão ao constituírem suas abordagens epistemologicamente bem fundamentadas.

A dimensão da ação social - marcada contemporaneamente pela ideia de reflexividade e intencionalidade -, ficou, na tradição clássica, praticamente ausente como princípio teórico-epistemológico de apreensão da realidade social e de sua complexidade. Pesquisadores produziram, nessas interpretações, não raras vezes, as defesas desses processos de mudança social, os quais se identificavam com essas transformações que as diferentes ações coletivas e os diversos movimentos sociais produziram no status quo de suas sociedades em seus diferentes períodos históricos. É compreensível a identificação dos pesquisadores com os processos de mobilização social em virtude de muitos serem, ao mesmo tempo, militantes e ativistas em diferentes causas. Entretanto, essa identificação pode ter marcado excessivamente o campo de estudos de movimentos sociais e produzido uma perda de capacidade analítico-explicativa e/ou compreensiva frente aos diversos processos de mobilização social das sociedades contemporâneas.

Por sua vez, o debate sociológico acerca da ação política na Sociologia foi marcado também por dois princípios teórico-interpretativos resultantes do contexto histórico em que originalmente esse debate se desenvolveu. Segundo ALEXANDER (1998, p. 1), a discussão da sociologia clássica sobre a ação política foi marcada por um "materialismo ontológico", influenciado pelo marxismo, o qual defende uma potencialidade explicativa relacionada à capacidade de resolução social, por parte dos agentes sociais, das dimensões materiais e concretas da vida humana, e por um "realismo epistemológico" derivado das experiências reais de mudança social e política revolucionária desde o século XVIII, originalmente presenciadas nas revoluções burguesas da modernidade (revoluções Inglesa, Americana e Francesa), passando pelos processos revolucionários de esquerda do século XX (revoluções Russa, Cubana e Chinesa). Todas elas alteraram radicalmente as formas de organização social, político-institucionais, econômicos e culturais das sociedades em que se produziram. Esse materialismo ontológico, relacionado ao realismo epistemológico que marcaram o pensamento clássico da sociologia, dificultaram, segundo ALEXANDER (1998), uma interpretação sociológica da ação coletiva que não estivesse marcado por perspectivas normativas, acerca do "dever ser" dos agentes coletivos, interpretados como agentes dotados, de forma inerente, de capacidades contestadoras e transformadoras, a priori de qualquer análise empírica.

A ação política coletiva foi compreendida pelas duas principais perspectivas da estrutura, o marxismo e o funcionalismo parsoniano, como respostas dos grupos sociais às condições estruturais dos sistemas sociais em que surgiram. Para o marxismo, o surgimento e a atuação da classe operária se dava no interior do conflito central entre capital e trabalho na nascente sociedade moderna capitalista como resposta à equalização e produção de equilíbrio das condições materiais de vida da classe trabalhadora. Aqui, opera o ponto de vista (e de partida analítico) do realismo ontológico presente no marxismo. Por sua vez, para Talcott

Parsons, a ação política coletiva foi interpretada como um “disfuncionamento sistêmico ou estrutural” (ALMEIDA, 2009, pg. 35) do sistema social. Em sua teoria social, Parsons desenha um complexo quadro de interpretação da sociedade. Sua ideia de sistema social é marcada pela tendência de integração e coesão social, o que leva o autor a interpretar a ação coletiva como expressão de disfuncionalidades, em virtude da compreensão dos movimentos sociais como os agentes que produziram perturbações nessa tendência integradora do sistema social, em que cada dimensão da sociedade (política, institucional, econômica, cultural, identitária, etc.) teria por função do corpo social.

Essa concepção clássica da ação coletiva e dos movimentos sociais (ALEXANDER, 1998), marcada pela normatividade – embora tratam-se de normatividades qualitativamente distintas, positiva no marxismo e negativa no funcionalismo quando se como critério a mudança social - foi, paulatinamente, sendo reinterpretada pelos teóricos contemporâneos. Criticando boa parte dos princípios teórico-metodológicos do pensamento sociológico clássico, a sociologia contemporânea logrou, com essa mudança, secularizar (ALEXANDER, 1998) a interpretação tradicional dos movimentos sociais, negando e retirando das análises da ação coletiva este a priori potencial teleológico e disruptivo dos agentes sociais que se engajam e atuam coletivamente em uma disputa social e política.

## **O contexto da sociologia contemporânea: deslocamentos teóricos como respostas às impossibilidades analíticas na segunda metade do século XX**

As teorias contemporâneas dos movimentos sociais operam um deslocamento da compreensão do conflito social e do objetivo central os quais teriam a potencialidade de conformar as ações coletivas no tempo presente. Ao olhar para as experiências históricas, a literatura sociológica tradicionalmente caracterizou como o objetivo central dos movimentos sociais a tomada do poder de Estado e compreendeu a privação e a injustiça material e distributiva, produzidas pelo capitalismo, como dimensões intrinsecamente mobilizadora dos agentes sociais. Em síntese, o conflito central que teria a potencialidade de deslocar os agentes da inércia social e, automaticamente, os mobilizar coletivamente seria o conflito amplo entre capital e trabalho. Essa caracterização da ação coletiva, de seus horizontes e objetivos, reduziu as possibilidades de interpretação da complexidade da ação política e dos movimentos sociais. Questões correlatas e adjacentes de suas lutas sociais, tais como objetivos secundários e/ou intermediários ficaram de fora, muitas vezes, das análises produzidas no contexto imediato após a II Guerra Mundial (ALONSO, 2009).

Na segunda metade do século XX, ocorre nas ciências sociais a emergência de um movimento de revalorização da ação social, das dimensões culturais e simbólicas dos agentes como dimensões essenciais na interpretação e análise do mundo social. Esse florescimento é resultante, em grande medida, da crítica das premissas teórico-epistemológicas do marxismo e do funcionalismo de Talcott Parsons.

Ao contrário das perspectivas estruturais, os agentes sociais e suas capacidades passam ao primeiro plano das perspectivas sociológicas que nesse momento estão se produzindo. Capacidades de ação, estratégicas, operacionais, táticas, de culturais e simbólicas, etc., entram no radar da renovação da atitude científica para com os movimentos sociais. Poderíamos dizer que concomitantemente ocorre uma revalorização do conflito como dimensão central da análise sociológica. Irrompem, nessas novas proposições, a preocupação com a intencionalidade dos agentes sociais apreenderem, interpretarem e produzirem os fenômenos sociais do meio social em que vivem (TOURAINÉ, 1995; MELUCCI, 1989; SWIDLER, 1986). Os agentes passam a ser caracterizados, nessas perspectivas, como capazes de dotar de sentido as ações que realizam e as decisões que tomam no curso de sua atuação social e política no mundo. Esse ponto de partida teórico se aplica, por extensão, à caracterização dos movimentos sociais por parte das perspectivas sociológicas substantivas da ação coletiva que nesse momento surge, a TNMS e, posteriormente, a TPP.

Nesse sentido, acompanhando a divisão teórica entre estruturalistas e acionalistas, tendeu-se, nas diferentes óticas da ação coletiva, a uma clivagem entre teorias que, por um lado, focaram as dimensões estratégicas e de relação com o sistema institucional que os diferentes movimentos sociais estabelecem, os pensando como respostas da estrutura social – pensada especialmente em sua dimensão político-institucional – e às possibilidades, limitações, estímulos e condições que o poder político coloca para a constituição e consecução da ação coletiva e dos movimentos sociais (JASPER, 2012; PEREIRA, 2014; TARROW, 2009). E, por outro lado, surgiram teorias que caracterizaram os movimentos sociais como dotados de capacidades simbólicas e culturais, e que se apoiaram em orientações teórico-epistemológicas que valorizam, por sua vez, a ação social e a reflexividade dos agentes, em oposição às determinações estruturais - de oportunidades e coerções - como foco de compreensão dos processos de mobilização coletiva (ALONSO, 2009). Assim, estrutura e ação foram retrabalhadas e associadas, no campo das teorias dos movimentos sociais, respectivamente, como questões ligadas às dimensões estratégicas e simbólico-culturais presentes na ação coletiva. Sociólogos da América do Norte, da Europa e da América Latina se debruçaram sobre os movimentos sociais a partir de perspectivas que se constituíram orientadas por essa discussão entre estrutura, ação social e intencionalidade.

Essas perspectivas mais recentes acerca dos movimentos sociais compreendem a partir de uma abordagem construcionista os fenômenos da ação coletiva nas sociedades contemporâneas. Dessa reorientação teórica mais ampla, desenvolvem-se duas novas abordagens substantivas sobre a ação coletiva e os movimentos sociais na segunda metade do século XX.

A pergunta colocada por PEREIRA (2014) acerca das intenções e dos objetivos dos movimentos sociais – afinal, o que eles querem e o que pretendem ao elaborar questões coletivas e atuar coletivamente no mundo social? (PEREIRA, 2014) – insere a discussão contemporânea da ação coletiva pela via da intencionalidade dos agentes, que se constituem em movimentos sociais. Em seu trabalho, PEREIRA (2014) utiliza a caracterização da

intencionalidade como critério de demarcação das diferentes teorias sociológicas acerca da ação coletiva que surgiram no século XX. Seguindo suas indagações, para que, e com que objetivos, indivíduos conformam ações coletivas e, possivelmente, movimentos sociais? Como conformam a ação coletiva e que dimensões centrais mobilizam nessa elaboração social? Diferentes movimentos sociais elaboram diferentes processos de constituição? Pode-se encontrar, nos diferentes processos de constituição da ação coletiva, elementos semelhantes e identificáveis nesses processos variados? Podemos falar na possibilidade de universais na constituição da ação coletiva, de processos e dimensões semelhantes presentes nos processos de formação dos movimentos sociais? Os diferentes posicionamentos teóricos produzidos sobre os movimentos sociais na sociologia contemporânea podem ser identificados e apresentados quando se tenta responder a essa questão. A defesa de que, nessa intencionalidade, está presente uma ou outra dimensão orientadora – cultural-identitária ou estratégica - acerca da atuação dos movimentos sociais é o que diferencia as teorias contemporâneas sobre a ação coletiva. As dimensões do mundo social que podem possibilitar o surgimento da ação coletiva e o sentido, de fundo, orientador dessa ação por parte de ativistas e militantes, são duas grandezas essenciais para as identificarmos e as caracterizarmos.

Contemporaneamente, os sociólogos pensam os movimentos sociais como resultados prováveis, mas não-necessários e não-automáticos de uma “distribuição desigual das privações sociais” (ALEXANDER, 1998, p. 3). Entretanto, ampliam o entendimento acerca dessas privações, e colocam que elas não são apenas de ordem material, mas estendem-se para diversos campos da ação humana, como a moral, compreendida como o conjunto de representações e acordos coletivos de uma sociedade, as privações simbólicas e culturais, materializadas, por exemplo, nas diferentes possibilidades que os agentes sociais possuem de acesso aos recursos da comunicação, da informação, do conhecimento e da ciência, etc., assim como privações da ordem do reconhecimento, de identidade e de acesso à justiça, entre várias outras.

Segundo ALEXANDER (1998), a crítica ao modelo clássico de compreensão dos movimentos sociais, que desenhava a ação coletiva como resultado direto e inexorável dos conflitos de classe, não deixou espaço para uma dimensão da contingencialidade da ação coletiva, de sua possibilidade de existência, mais do que de sua infalibilidade no espaço público. É justamente essa “tensão entre possibilidade e realidade” (ALEXANDER, 1998, p. 12), entre condições e o cumprimento de requisitos e processos sociais para a conformação da ação coletiva, que as teorias contemporâneas dos movimentos sociais inserem na discussão sociológica, cada qual à sua maneira e orientada por sólidas bases filosóficas e epistemológicas. Defendem essas teorias que existe um espaço aberto, de probabilidades e chances (e de expectativa), o qual é passível de preenchimento de significados e sentidos por parte dos agentes envolvidos em diferentes disputas e conflitos sociais e que tem interesse na conformação de ações coletivas para o cumprimento de objetivos delineados e/ou que vão de delineando no decorrer mesmo da luta social. É sobre essa construção da ação coletiva (SILVA, 2001) que se debruçam as diferentes teorias contemporâneas dos movimentos sociais.

O processo de construção da ação coletiva pode ser compreendido, a partir de diferentes estudos (PEREIRA, 2014; SILVA, 2001), como um empreendimento conflituoso de preenchimento de orientações morais, éticas, simbólicas, culturais e políticas que desenha o movimento social, delimita suas fronteiras e, mais ainda, organiza e articula sua caracterização, assim como também de suas diretrizes e pautas específicas. Da condição original de vivência de uma situação que os indivíduos compreendem como injusta, opressiva, humilhante, etc. à materialização real de um agir coletivo, há uma série de empreendimentos realizados pelos agentes sociais que constituem esse processo de constituição e disposição da ação coletiva, que pode ser contestatória ou não, e que pode apostar em maior ou menor grau confrontacional com o sistema social, dependendo das condições em que a luta social se coloca e das escolhas e intenções dos agentes sociais.

Identificação de uma questão central, constituição dessa questão em uma problemática de luta social, seleção dos elementos que os agentes consideram relevantes para suas reivindicações, relacionados, muitas vezes, com as potencialidades desses elementos conquistarem apoio e legitimidade da sociedade (PEREIRA, 2014), identificação e delimitação de posições contrapostas e opositores nos espaços em que os movimentos sociais disputam, modificações de posições no tempo, delimitação de estratégias, entre vários outros processos, identificáveis nos diferentes casos empíricos, fazem parte desse esforço coletivo de constituição e reprodução da associação de indivíduos com vistas à ação coletiva. Essa ação se efetiva no ambiente social a partir de um conjunto de processos que envolvem os agentes interessados na produção da ação coletiva e no estabelecimento e participação em um conflito social (TOURAINÉ, 1995; MELUCCI, 2001) que, para os próprios agentes, tem a capacidade de produzir conquistas no horizonte de disputa das questões sociais e políticas que levantam e nas quais se engajam, por diferentes vias e mecanismos (RUSKOWSKI, 2012). Esses processos de delimitação e caracterização são realizados para que a ação coletiva e os movimentos sociais surjam e efetivamente se materializem no espaço público, atuando ativamente nele.

A capacidade de construir, articular, organizar e reproduzir ideias, orientações, projetos, objetivos, etc., constitui uma dimensão relevante para as teorias substantivas da ação coletiva hoje e, a imagem dessa capacidade por parte das diferentes teorias existentes, opera como critério de diferenciação entre elas. No entendimento de JASPER (2012), cada uma delas articula, de fundo, uma concepção epistemológica e teórica específica acerca da ação humana (dimensão teórica mais geral que a ação social), com um nível de enfoque da sociedade, micro ou macrossocial (JASPER, 2012). Na confluência entre essas duas dimensões – capacidade de agência e nível de enfoque do social -, se situam o conjunto das abordagens teóricas contemporâneas da ação coletiva (JASPER, 2012). As principais abordagens teóricas dos movimentos sociais surgidas ao longo do século XX foram a Teoria da Mobilização de Recursos (hoje, parcialmente abandonada como referencial analítico), a americana Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, de matriz europeia, especialmente francesa.



## **Teoria do processo político: dos movimentos sociais ao campo relacional de conflito da ação coletiva como locus da análise**

A TPP, na interpretação de Alonso (2009), “se insurgindo contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal” (ALONSO, 2009, p. 53), caracteriza a ação coletiva como expressões relacionadas com a estrutura de oportunidades políticas (que são o grande conjunto de dimensões do ambiente social e do sistema político) que uma sociedade apresenta. Esse é o conceito central dessa corrente. É essa estrutura de oportunidades políticas que produz estímulos ou coerções no processo de concatenação de individualidades contestadoras sob uma ação coletiva ou um movimento social ou sob um agente social que se orienta coletivamente. Afirma SILVA (2010, p. 5) que “esta abordagem tem como um de seus argumentos fundamentais a indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política que se desenvolve por fora das (e, por vezes, contra) as instituições.”. A compreensão da ação coletiva como resultado da interação entre Estado e sociedade é o que dá a ideia de “processo político” que nomeia essa perspectiva. A institucionalidade política é o polo que, ao apresentar modificações, estimula ou inibe as possibilidades de conformação da ação coletiva e de atuação dos movimentos sociais. A TPP traz consigo uma ideia de relacionalidade entre o sistema institucional e a ação societária.

Para essa corrente, o processo inicial de identificação entre os indivíduos, de produção de solidariedade social com potencial ao associativismo e à ação coletiva, ocorre a partir de uma “combinação entre o pertencimento a uma categoria e a densidade das redes interpessoais” no interior dessa categoria (ALONSO, 2009, p. 55). Essa combinação auxilia os encontros e aproximações entre os agentes, que podem, ou não, conformar a ação coletiva e movimentos sociais, a depender do contexto político-institucional de seu tempo. A TPP trata a ação coletiva como resultado de probabilidades para sua ocorrência, e não de certezas quanto à sua conformação no espaço social. A ação coletiva só se conforma se encontra disponível, pelo lado dos agentes, estruturas de mobilização, que são favorecidas ou não pela estrutura de oportunidades políticas presentes na sociedade e produzidas pelo contexto político dessa mesma sociedade. A combinação entre essas estruturas, de oportunidades e de mobilização, pode produzir “incentivos ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” possíveis (ALONSO, 2009, p. 56). Curso de ação pode ser compreendido como o conjunto de situações, ao longo do tempo, as quais o movimento social vivencia e, em seu interior, desenvolve o conjunto de suas iniciativas e ações. Em síntese, o caminho que trilha ao longo de sua trajetória de luta social.

No debate acerca da construção e da reprodução da ação coletiva, as análises produzidas pela TPP permitem responder, por exemplo, questões como: que circunstâncias político-institucionais favoreceram ou diminuíram as probabilidades de conformação da ação

coletiva? Quais os cálculos e articulações orientadores das escolhas dos agentes e dos movimentos sociais, coletivamente, entre diferentes cursos de ação? Quais escolhas e caminhos foram tomados/decididos pelos movimentos sociais em diferentes momentos temporais de sua atuação, e por que? Acerca dos “cursos de ação” (ALONSO, 2009, p. 56), a TPP permite nos questionarmos acerca dos cálculos, objetivos e interesses que definem diferentes escolhas, que produzem diferentes cursos de ação.

A TPP explica a ação coletiva de uma chave estratégica e possui uma posição epistemológica realista diante dos fenômenos da ação coletiva. Por sua vez, as críticas a essa perspectiva teórica se dão justamente no questionamento desse realismo estratégico que guia a interpretação da ação coletiva por parte desses autores. Metodologicamente, a TPP se interessa pelas dimensões de potencial universal da ação coletiva, universalmente encontráveis, ou seja, pelos processos sociais que, estariam sempre presentes em diferentes casos empíricos de contestação social. Essas dimensões universais permitiriam uma comparabilidade entre os diferentes modos de construção, reprodução e ação da ação coletiva.

Parte dos críticos da TPP dizem que ela menosprezou, especialmente, “los deseos e los puntos de vista dos actores” (JASPER, 2012, p. 12). No quadro mais amplo das reformulações que ocorreram na teoria sociológica na segunda metade do século XX, a TPP se manteve, originalmente, atrelada a perspectivas estruturais de compreensão da realidade social – embora não fosse uma perspectiva estruturalista. Entretanto, essas críticas foram um estímulo para seus formuladores, os quais as utilizaram para “repensar el paradigma del proceso político desde una perspectiva más dinámica e cultural” (JASPER, 2012, p.13).

## **Teoria dos novos movimentos sociais: cultura, identidade e subjetividade dos movimentos sociais contemporâneos**

Por sua vez, a TNMS desenvolve-se na Europa e articula a ideia de que a segunda metade do século XX evidenciou um conjunto complexo de transformações sociais que fizeram surgir novos atores sociais e políticos coletivos e que caracterizaram, de forma distinta, as lutas sociais que a primeira metade desse mesmo século havia vivenciado. Essas teorias vincularam à “crítica social e a defesa de identidades coletivas contestadoras, situando os objetivos dos ativistas no nível simbólico e nas interações entre militantes e sociedade civil” (PEREIRA, 2014, p.18), assim como, de fundo, são epistemologicamente fundamentadas em uma teoria das possibilidades de mudanças culturais que os movimentos sociais teriam a potencialidade e a capacidade de produzir na sociedade.

De uma perspectiva cultural, a TNMS critica o marxismo e o funcionalismo, mas mantém “o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflito” (ALONSO, 2009, p.59), e compreende que

Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma imagem de sociedade, tenderiam a mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem, então, como novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Uma das potencialidades da TNMS, em seu momento foi ter reorientado o foco da análise do Estado - e da tomada do poder - para a sociedade civil (ALEXANDER, 1998; ALONSO, 2009), pensando as potencialidades dessa esfera da vida social contemporânea na produção de tensionamentos culturais mais amplos a partir das disputas em que os diversos movimentos sociais se inseririam na sociedade. Os movimentos sociais, segundo a TNMS, estariam "más preocupados por desafiar los códigos dominantes que por obtener el poder político" (JASPERS, 2012, p. 22). A capacidade acionalista, princípio teórico da TNMS, está diretamente relacionada à capacidade de pressões culturais que os movimentos sociais produzem na sociedade.

Na discussão construcionista dos movimentos sociais, as contribuições da TNMS nos permitem elaborar problemas que analisem as diferentes formas (que envolvem decisões, acordos, enfrentamentos, etc.) de produção destes tensionamentos culturais e das dimensões simbólicas e de produção e atribuição de sentido que os agentes sociais elaboram e mobilizam na consecução de suas lutas sociais. Também estimula pesquisas que analisem como a ação social se transfigura, se manifesta e, de diferentes formas, é mobilizada na constituição da ação coletiva e dos movimentos sociais. Em síntese, partindo de uma perspectiva acionalista, a ação social, diversamente caracterizada pelas diferentes perspectivas da ação existentes na sociologia (CALDERÓN, 2011; TOURAINE, 1995; MELUCCI, 2001; PLEYERS & CAPITAINE, 2016; SWIDLER, 1986) é um elemento presente e atuante nos esforços de constituição da ação coletiva. Ainda, investigar como a ação social se manifesta na realidade empírica, nos discursos dos indivíduos e nas lógicas de ação que utilizam nas lutas sociais (DUBET, 1996; PEREIRA, 2014). Entretanto, mais do que tentar "encontrar" a ação social, pensando nela como algo que se expressa de forma clara, direta e finalizada nas escolhas e decisões dos agentes sociais, interessa mais apreender como, de que maneira, a ação social se manifesta e os motivos para sua "ativação", ou "resguardo", pelos agentes sociais. Os momentos que os agentes privilegiam para essa ativação ou essa reserva da intencionalidade.

Se mostra, sem dúvida, um desafio a constituição de metodologias, orientadas pelas diretrizes teóricas da TNMS, que deem conta da possibilidade de apreender, na complexidade do social, as manifestações que indicam a ação social, suas ativações e resguardos, suas relações com outras dimensões do agir em sociedade e, em se tratando dos movimentos sociais, as intenções e tentativas de problematização e tensionamento da ordem social vigente. Comparativamente, a TNMS não se preocupa com a identificação de mecanismos relacionados aos esforços de constituição da ação coletiva, como a TPP, a qual desenha um projeto

metodológico nesse sentido. Entretanto, ambas perspectivas teóricas têm a potencialidade de lançar luz sobre os diversos processos e energias envolvidas na construção e reprodução do agir coletivo, e mobilizam diferentes conceitos para analisar esses processos.

## **Conclusão: renovações e continuidade dos programas de pesquisa frente ao século XXI**

Essas duas abordagens coexistem hoje na produção de pesquisas sobre os movimentos sociais, não sendo excludentes umas das outras. Entretanto, essas orientações possuem diferentes princípios teórico-epistemológicos que devem ser levados em conta pelos pesquisadores para que não se produza interpretações da realidade social que, no limite, possam se contradizer, em virtude da forma como substancialmente essas teorias pensam e caracterizam os movimentos sociais, e das dimensões da ação coletiva que cada uma, a sua maneira, focalizam.

Em síntese, as diversas pesquisas que mobilizam essas abordagens contemporâneas (FERNANDES, 2016; ROJO, 2014; RUSKOWSKI, 2012; SILVA, 2001; TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012) demonstram a existência de uma série de formas e modos pelos quais os agentes sociais constituem o agir coletivo dependendo de dilemas e situações singulares que vivenciam e vão entrando em contato ao longo de sua atuação militante. Escolhas que tomam, espaços onde se inserem, dilemas que (refletem sobre) e tentam resolver, discursos que constroem, etc. são dimensões relevantes que são resultados de processos sociais que os agentes, com vistas à formação do agir coletivo, lidam constantemente. A contribuição científica que elas tem fornecido é a capacidade de demonstrar e analisar a existência de uma série de maneiras pelos quais os agentes sociais constituem o agir coletivo dependendo de dimensões singulares vivenciadas ele. Constituem, cada uma, um arcabouço descritivo e analítico dos processos prévios, intermediários e concomitantes que conformam e estão relacionados com os movimentos sociais.

Renovações importantes nas teorias europeias têm surgido nos últimos anos (CEFAHĪ, 2007; FILLIEULE; 2010; PLEYERS, 2010), com cada autor inserindo novas dimensões que julgam relevantes de se levar em conta na análise dos processos de mobilização social contemporâneos. A América Latina também se mostra um espaço importante de produção acadêmica sobre os movimentos sociais, ora influenciada pelas teorias externas, ora com proposições próprias que agregam aos esquemas explicativos e compreensivos dinâmicas e processos específicos do espaço social e cultural latino-americano .

Com a discussão sobre a construção dos movimentos sociais, outras questões preocupam os sociólogos da ação coletiva. Como os movimentos sociais, “após” essa conformação, se reproduzem e se mantêm, no tempo e no espaço? Que esforços realizam militantes e ativistas na reprodução e reativação constante das dimensões que mobilizam para que o grupo envolvido em uma questão social e política que o caracteriza, não se desagregue

e não retome uma condição de individualidades rebeldes, que não concatenam suas interpretações acerca do conflito em que estão inseridos e, no limite, não coordenam suas ações?

Nessa discussão, as pesquisas ocupam-se dos processos que são, poderíamos dizer, constituintes de grande parte dos processos de associação e mobilização social (SCHERER-WARREN, 2014). Como afirma RUSKOWSKI (2012), inspirada em MELUCCI (2001), esses trabalhos constroem interpretações e análises dos processos de passagem da condição social real vivida pelos agentes para a ação política efetiva, contestatória ou não, e dos diferentes caminhos possíveis nessa transição, caminhos esses que dependem de variados fatores presentes em cada processo de associação e mobilização social passível de análise pelo sociólogo.

Cabe mencionar estudos (FERNANDES, 2016; PEREIRA, 2014) que explicam os processos sociais mais gerais que orientam a forma como se constituem as fronteiras interpretativas da ação coletiva por parte de militantes e ativistas, e que caracterizam e orientam os diferentes sentidos, objetivos e demandas (entre outras questões) dos diversos movimentos sociais existentes. A constituição coletiva, fruto de conflitos e negociações entre os militantes, de “significados comuns” (SCHERER-WARREN, 2014, p.16), e o trabalho de articular discursivamente esses significados e sentidos em demandas, projetos, orientações, objetivos, etc. do movimento social são focos de análise dessas pesquisas. Mesmo sendo realizado originariamente na constituição do movimento social, esse processo, entretanto, segue sendo operado pelos militantes e ativistas ao longo de sua existência e atuação. Dessa forma, pretendem responder ao dilema colocado da reprodução, no tempo e no espaço, da ação coletiva.

PEREIRA (2014) chama a atenção ainda para tentativas de estabelecimento de “conexões entre a lógica prática de obtenção de resultados imediatos por parte de ativistas e militantes e a lógica simbólica de construção de uma crítica social abstrata e da luta pelo reconhecimento de identidades marginalizadas” (PEREIRA, 2014, p. 18) por parte de outras abordagens contemporâneas da ação coletiva, as quais propõe uma ruptura na produção de pesquisas que identifiquem e analisem apenas uma das dimensões principais que a TPP e a TNMS colocaram foco – as dimensões estratégica e simbólico-cultural. A teoria sociológica em geral, na segunda metade do século XX, produziu um movimento de quebra das dicotomias históricas que o pensamento social consolidou ao longo do século XIX e XX, tais como as dualidades entre ação e estrutura, agência e determinações (ou estrangimentos), perspectivas macro e microssociais, entre outras (CORCUFF, 2001).

Nesse sentido, JASPERS (2012) identifica que a perspectiva macro, tanto da TPP quanto da TNMS, ainda impediu de analisar o peso de “los micro fundamentos de la acción política” (JASPERS, 2012, p. 23). Essas concepções, hoje, estão sendo reformuladas e tanto os autores propositores dessas orientações quanto pesquisadores formados nessas escolas inserem em suas concepções, sob diferentes formas, esses microfundamentos, tais como questões ligadas à subjetividade e às emoções, entre outras.

Inevitablemente, el péndulo intelectual se ha alejado de los grandes paradigmas estructurales e históricos y ha regresado a la creatividad y a la agencia; a la cultura y el significado; a la emoción y la moralidad – el universo que Tilly rechazó como fenomenología. La acción como opuesta a la estructura. Las pequeñas cosas como opuestas a las grandes. Sin embargo, um péndulo no regresa exatamente al mismo lugar con cada balanceo. En lugar de um regreso a la gran fenomenología de Husserl o de Merleau-Ponty, la ruta es ahora colocar firmemente al significado y a la intención en contextos sociales, en arenas institucionales, en redes sociales y en formas de interacción que los estructuralistas consideraban importantes (JASPERS, 2012, pg. 28).

Podemos deprender, dessa breve discussão, a vitalidade teórica do campo de estudos da ação coletiva e dos movimentos sociais. Longe de se constituir uma sociologia de gabinete, apartada dos problemas reais do mundo social, suas diferentes vertentes teórico-metodológicas têm sua matéria-prima nas lutas sociais que, historicamente, constituem as sociedades e o conjunto de conflitualidades sociais que conhecemos e que está em constante mudança. Não à toa, revisões, críticas, reformulações e reorientações estão presentes nesse conjunto de teorias que apresentamos. São chaves explicativas e/ou compreensivas que podem auxiliar-nos a apreender os variados fenômenos relacionados à ação coletiva, tema ao qual esse número de Conversas e Controvérsias se propõe.

Como afirmamos no início do texto, estrutura, ação e intencionalidade, como conceitos desenvolvidos no campo de estudos substantivos da ação coletiva e dos movimentos sociais espelham a problemática teórica mais geral que dá a tônica para a Sociologia, ainda por muito tempo, animando a comunidade científica a encontrar posicionamentos e a produzir pesquisa empírica nesse sentido.

Trata-se, por fim, como quisemos brevemente demonstrar, o campo de debates dos movimentos sociais, de um campo profícuo de diálogo, de tradições de pensamento que tem princípios teóricos profundos acerca do mundo social e que, por isso mesmo, oferece aos pesquisadores, nesse amplo leque de possibilidades, a identificação desses princípios e sua mobilização nas pesquisas. E, ainda mais, a identificação de quais desses princípios estão em consonância com as visões que o próprio pesquisador possui acerca do mundo social, de suas possibilidades analíticas e da transformação social.

## Referências

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, nº 37, 1998.

ALMEIDA, J. P. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 76, p. 49-86, 2009.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CALDERÓN, F. Movimientos culturales y la emergencia de una nueva politicidad. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, 2011.

CAPITAINE; B; PLEYERS; G. **Mouvements sociaux** : Quand le sujet devient acteur. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2016.

CEFAÏ, D. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: La Découvert, 2007.

CORCUFF, P. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Florianópolis: EDUSC, 2001.

DUBET, F. **A Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERNANDES, Eduardo. G. **Campos de batalha jornalística**: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

FILLIEULE. O. **Penser les mouvements sociaux** : Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris: La Découvert, 2010.

GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, 2005.

GIDDENS, A. **Constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JASPER, J. M. De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. **Sociológica**, Ciudad de México, n. 75, p. 7-48, 2012.

MARTUCCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Éditions Gallimard, 2002.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

PARSONS, T. **A Estrutura da Ação Social** : Marshall, Pareto, Durkheim. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA, M. M. **Enquadramento interpretativo, lógicas e dinâmicas interpretativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PLEYERS, G. **Alter-Globalization: Becoming actors in a global age**. Estados Unidos: Polity, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmsh.9891>

PLEYERS, G. En la búsqueda de actores e desafíos societales. La sociología de Alain Touraine. **Estudios sociológicos**, México, v. 24, nº 72, 2006.

PLEYERS, G. **Mouvements sociaux** : Quand le sujet devient acteur. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2016.

ROJO, R. E.. Protestos nas ruas. **Revista Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 13, nº 1, 2014.

RUSKOWSKI, B. O. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória**: estudo sobre as condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SCHEREN-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua. O ativismo brasileiro no século XXI. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, nº 28, 2014.

SILVA, M. K. **Construção da "participação popular"**: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SWIDLER, A. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, v. 51, nº 2, 1986. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095521>

TARROW, S. **O poder em movimento** : Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Revista Opinião Pública**, nº 2, v. 18, 2012.



TOURAINÉ, A. **La Fin des sociétés**. Paris: Seuil, 2013.

TOURAINÉ, A. Paris: **Le Nouveau Siècle Politique**. Paris: Seuil, 2016.

TOURAINÉ, A. **Le retour de l'acteur**. Paris: Fayard, 1984.

TOURAINÉ, A. **Nous, Sujets Humains**. Paris: Seuil, 2015.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais : Para evitar mal entendidos. **Revista Lua Nova**, nº17, 1989.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOURAINÉ, A. **Producción de la sociedad**. México: UNAM-IFAL, 1995.

Recebido: 06/03/2018

Aceito: 02/08/2018

Publicado: 28/09/2018